<<GOVERNANÇA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS NA AMÉRICA LATINA>>

Coordenadora: <<Carlise Schneider Rudnicki>>
Apresentadores (as): <<Carlise Schneider Rudnicki[1]>>, <<Daniela Garcez Wives[2]>>, <<Adriana Gregolin[3]>>,<< Gabriela Schneider[4]>>, <<Antônio Barth da Rocha[5]>>.

Justificativa

<<Na presente sessão propomos um debate sobre governança, inclusão, acessibilidade e desenvolvimento no contexto de emergências climáticas, com foco em estratégias de criação, adaptação e resiliência em diferentes territórios da América Latina. Alinhada ao tema do congresso da SOBER, a proposta destaca a relevância de analisar modelos de governança voltados a populações vulnerabilizadas em cenários de incerteza, observando como distintos territórios articulam respostas a desastres ambientais, como os eventos ocorridos entre abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul. Parte-se do argumento de que a resiliência comunitária e a sustentabilidade das atividades territoriais dependem da compreensão e do fortalecimento das capacidades coletivas de gestão frente às emergências climáticas. Nesse sentido, a governança é entendida como um processo de cooperação horizontal entre agentes públicos e privados, orientado ao desenvolvimento endógeno e sustentável, capaz de promover respostas ágeis às crises, proteger populações e assegurar meios de subsistência. Adicionalmente, enfatiza-se que ações de desenvolvimento devem respeitar prioridades locais, princípios éticos, saberes situados e necessidades específicas das comunidades, evitando modelos de

[1] Professora Adjunta no Departamento Interdisciplinar na UFRGS Campus Litoral Norte e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (FACOS/UFSM), doutora em Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, carlise.schneider@ufrgs.br.
[2] Professora Adjunta no Departamento Interdisciplinar na UFRGS Campus Litoral Norte e do quadro permanente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (PGDR/UFRGS), doutora em Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, garcezd@gmail.com.
[3] Coordenadora regional de projeto de cooperação internacional, na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Oficina Regional para América Latina e Caribe (FAORLC), Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), adriana.gregolin@fao.org.
[4]Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS - Edital n 06/2024). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), schd.gabriela@gmail.com.
[5] Biólogo, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PGDREDES/UFRGS. antoniobarthdarocha@gmail.com.

intervenção verticalizados. O debate é fortalecido pela interlocução entre pesquisa acadêmica e a prática institucional, envolvendo iniciativas da UFRGS (CLN) e da UFSM, da Startup Gen_Connect, incubada no Parque Tecnológico da UFRGS, e da FAO-ONU. Esta articulação possibilita analisar agendas globais de desenvolvimento, com foco em segurança alimentar e nutricional, erradicação da fome e da pobreza e enfrentamento das mudanças climáticas, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.>>

1. << Emergências climáticas, justiça e inovação de processos institucionais para a inclusão de grupos vulnerabilizados>>

Apresentadora: Carlise Rudnicki (UFRGS)

<<A proposta tem como objetivo analisar como as emergências climáticas evidenciam limites nos processos institucionais de governança e acesso às cidades, especialmente no que se refere à inclusão de pessoas com deficiência, propondo a incorporação de dimensões de acessibilidade e comunicação como elementos centrais para uma resposta institucional mais equitativa. A emergência climática vivenciada no Rio Grande do Sul, especialmente nos eventos de abril e maio de 2024, evidenciou limites estruturais na governança de riscos e desastres. Para além dos danos materiais, os eventos expuseram desigualdades no acesso à proteção e à resposta institucional. Minha discussão parte de uma perspectiva situada. Como pessoa autista e mãe atípica, vivenciou o período das enchentes em Santa Maria (RS), sem possibilidade de deslocamento e produtos específicos . Essa experiência concreta permite observar como as estratégias institucionais de resposta não contemplam, de forma adequada, às especificidades de pessoas com deficiência. Nesse contexto, entendo que a governança em situações de emergência climática precisa incorporar dimensões relacionadas à diversidade funcional e neurológica, sob pena de reproduzir exclusões. O agravamento das emergências climáticas têm produzido impactos diretos sobre a capacidade do Estado de garantir direitos e responder de forma eficaz a situações de crise. Eventos extremos, como enchentes e deslocamentos forçados, não apenas desestruturam territórios e rotinas sociais, mas também tensionam os sistemas institucionais responsáveis pela mediação de direitos, entre eles o sistema de justiça. Nesse contexto, o acesso à justiça deixa de ser apenas uma garantia formal e passa a configurar-se como elemento central da governança em situações de emergência, na medida em que envolve reconhecimento de direitos, acesso à informação, mediação institucional e proteção de populações vulnerabilizadas. A relevância dessa problemática se

evidencia a partir da experiência empírica da própria autora, que, durante os eventos climáticos extremos ocorridos no Rio Grande do Sul em maio de 2024, permaneceu por aproximadamente dois meses na cidade de Santa Maria sem conseguir retornar à sua residência em Porto Alegre. Essa vivência concreta permitiu observar, em tempo real, as limitações institucionais no acesso à informação, na organização dos fluxos comunicacionais e na capacidade de resposta do Estado, especialmente para indivíduos em situação de vulnerabilidade. Entre essas barreiras, a comunicação ocupa papel central, uma vez que condiciona a capacidade dos indivíduos de reconhecer seus direitos, acessar redes de apoio e participar efetivamente dos processos institucionais. Além disso, a análise proposta dialoga com o conceito de justiça ambiental, que evidencia como os impactos socioambientais não se distribuem de forma equitativa, recaindo de maneira desproporcional sobre populações historicamente vulnerabilizadas.

Aparato teórico

Conforme argumenta Bullard (1990), considerado um dos principais formuladores do campo, grupos com menor acesso a recursos, informação e poder político tendem a ser mais expostos a riscos ambientais e menos protegidos pelas instituições públicas. No contexto das emergências climáticas no Rio Grande do Sul, essa desigualdade se expressa tanto na maior exposição de determinados territórios aos desastres quanto nas dificuldades de acesso a serviços públicos e ao sistema de justiça. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania ampliou suas iniciativas voltadas à proteção de pessoas com deficiência no contexto das mudanças climáticas durante atividades realizadas em Belém (PA), no âmbito da COP30 (BRASIL, 2025). A ação teve como objetivo fortalecer a participação desse público na formulação de políticas climáticas, bem como promover sua integração aos instrumentos de gestão de risco, resposta a desastres e adaptação a emergências ambientais. Entre as atividades, destacou-se a roda de conversa sobre emergência climática e dignidade, reunindo especialistas e representantes institucionais. A gestora Anna Feminella ressaltou que a inclusão deve orientar todas as etapas das políticas públicas, da concepção à avaliação, considerando que a crise climática intensifica desigualdades e amplia vulnerabilidades. As discussões também evidenciaram os impactos desproporcionais dos desastres sobre pessoas com deficiência, incluindo dados da Organização Pan-Americana da Saúde que apontam maior taxa de mortalidade nesse grupo em situações de crise. Além disso, foi destacada a ausência de protocolos de acessibilidade nos sistemas de defesa civil, revelando lacunas

institucionais relevantes. A participação de pesquisadores e representantes de diferentes instituições reforçou a necessidade de maior articulação interinstitucional e da incorporação de tecnologias assistivas como parte das estratégias de governança climática inclusiva. A sobrecarga institucional, a urgência das decisões e a desorganização dos fluxos informacionais ampliam os efeitos da incompreensão, produzindo insegurança, dependência de intermediários e exclusão prática. Além disso, populações já vulnerabilizadas, como pessoas com deficiência, neurodivergentes e indivíduos com baixa escolaridade, enfrentam obstáculos adicionais que não são contemplados pelos modelos tradicionais de comunicação institucional. Nos abrigos emergenciais organizados durante as cheias de 2024 no Rio Grande do Sul, pessoas com deficiência, neste caso olhando para autistas, foram expostas a ambientes marcados por excesso de estímulos, como ruídos intensos, iluminação inadequada, fluxo constante de pessoas e ausência de previsibilidade, o que pode gerar sobrecarga sensorial, dificultar a permanência e comprometer a compreensão das informações e orientações disponíveis (RUDNICKI e GRIPP, 2025). Nesse contexto, a arquitetura dos espaços, compreendida não apenas como estrutura física, mas como organização da experiência e dos estímulos, revela-se elemento central para garantir condições mínimas de acolhimento, comunicação e acesso a direitos. Diante desse contexto, este trabalho propõe a inovação de processos institucionais no sistema de justiça, com foco na qualificação da comunicação e na ampliação do acesso efetivo em situações de emergências climáticas.

No campo da comunicação, a relação entre cidadania e desenvolvimento social tem sido amplamente discutida por Peruzzo (2007), que destaca o papel estruturante da comunicação nos processos de construção cidadã. Para a autora, ainda que diferentes abordagens apresentem variações conceituais, há uma convergência na centralidade do exercício da cidadania como horizonte normativo. Nesse sentido, Peruzzo argumenta que a comunicação, inclusive no âmbito organizacional, não se limita à transmissão de informações, mas constitui-se como um conjunto de práticas que envolvem canais de expressão, circulação de saberes e mecanismos de relacionamento entre sujeitos, públicos e instituições. É por meio desses processos que se viabiliza o intercâmbio de experiências, a participação social e a construção de vínculos, elementos fundamentais para o fortalecimento da cidadania. Assim, a comunicação assume papel central não apenas como instrumento, mas como dimensão constitutiva das relações sociais e institucionais que sustentam o desenvolvimento social. Entretanto, salientamos que o processo de popularização da ciência exige uma articulação entre os atores sociais. A proposta da Startup Gen_Connect, por exemplo, não se ancora

apenas na criação de uma nova plataforma tecnológica, mas na transformação dos processos existentes a partir de uma abordagem centrada na experiência do usuário. Partimos do pressuposto de que a comunicação institucional deve ser compreendida como infraestrutura de governança, especialmente em contextos de crise, nos quais a clareza, a acessibilidade e a organização da informação são determinantes para a efetividade das respostas estatais.

Metodologia

A proposta metodológica vem sendo desenvolvida no âmbito da startup Gen_Connect, incubada no Centro de Empreendimentos em Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEI/UFRGS). Adotando uma abordagem qualitativa neste trabalho partimos de uma análise documental, tendo como principal fonte reportagens em plataforma de jornais *on-line* que envolveram pessoas com deficiência durante as enchentes de abril e maio de 2024. Paralelamente, trabalhamos no levantamento de dados secundários da pesquisa Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), e IBGE (2022, Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil) um estudo realizado pela Faders (Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul) que analisa o perfil da população com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no estado.A pesquisa documental, conforme Antônio Carlos Gil (2010), permitiu-nos a análise de diferentes fontes de informação, incluindo registros estatísticos, documentos institucionais e materiais produzidos por órgãos públicos. Segundo o autor, esse tipo de pesquisa é particularmente relevante quando se busca compreender fenômenos sociais a partir de dados já existentes, ainda que sujeitos a limitações como lacunas, inconsistências ou vieses institucionais. A análise empírica dos eventos climáticos recentes no Rio Grande do Sul (ano de 2024) indica que, na prática, as respostas institucionais ainda operam sob lógicas verticalizadas e padronizadas. Isso se torna particularmente problemático quando consideramos a diversidade das populações atingidas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o estado possui mais de 772 mil pessoas com deficiência (IBGE, 2022). Além disso, levantamento recente do governo estadual aponta a existência de mais de 124 mil pessoas no espectro autista (RIO GRANDE DO SUL, 2023). A pesquisa vinculada à Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), desenvolvida pela FADERS, reforça essa dimensão ao identificar mais de 33 mil pessoas autistas cadastradas no estado, distribuídas

territorialmente (RIO GRANDE DO SUL, 2024). Estes dados evidenciam que a inclusão dessas populações não pode ser tratada como questão marginal, mas como elemento central das estratégias de governança.

Conclusões

O estado dispõe de diferentes bases informacionais, incluindo dados do IBGE, relatórios institucionais e a base da CIPTEA. No entanto, essas informações permanecem fragmentadas, frequentemente organizadas em dashboards que dificultam análises correlacionais e a construção de estratégias integradas. Para além da dimensão técnico-informacional, é necessário considerar também o papel da mídia e da mobilização social na construção das prioridades durante a emergência climática. Durante os eventos de 2024, ganhou ampla repercussão nacional o resgate de um cavalo ilhado sobre um telhado na região metropolitana de Porto Alegre. O episódio mobilizou esforços institucionais, cobertura midiática intensa e engajamento público significativo, tornando-se um dos principais símbolos da tragédia. Não se trata de deslegitimar a importância do resgate animal, tampouco de hierarquizar sofrimentos. No entanto, o episódio evidencia um aspecto relevante para a análise da governança: os processos de visibilidade e como eles influenciam a alocação de atenção, recursos e mobilização social. Enquanto determinadas imagens mobilizam respostas rápidas e massivas, outras permanecem invisibilizadas. Pessoas com deficiência e pessoas autistas, mesmo compondo parcela expressiva da população, raramente ocupam o centro das narrativas midiáticas em situações de desastre. Suas dificuldades específicas, como barreiras comunicacionais, sensoriais e de acesso, tendem a não ser representadas com a mesma intensidade. Esse descompasso entre visibilidade midiática e necessidades estruturais revela um limite importante da governança contemporânea, quando a resposta social e institucional ainda é fortemente orientada por gatilhos emocionais e simbólicos, e não necessariamente por critérios de vulnerabilidade ou equidade. A forma como os problemas são visibilizados (ou não) influencia diretamente a capacidade dos territórios de mobilizar recursos e construir respostas inclusivas. A análise dos eventos de 2024 demonstra que os protocolos de resgate e acolhimento não contemplam adequadamente as especificidades de pessoas autistas e com deficiência. No caso do resgate, destacam-se dificuldades relacionadas à comunicação, à interpretação de comportamentos e à ausência de capacitação das equipes para lidar com diferenças sensoriais. Já nos abrigos, a organização de espaços coletivos, ruidosos e imprevisíveis tende a intensificar situações de desregulação, especialmente entre pessoas

autistas. Esses aspectos indicam que a ausência de adaptação dos protocolos não é apenas uma limitação técnica, mas um problema de governança. Ao não considerar essas populações, as políticas públicas acabam por reproduzir desigualdades no acesso à justiça.>>

Referências

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **MDHC amplia ações para garantir proteção de pessoas com deficiência diante da crise climática.** Brasília, 18 nov. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/novembro/mdhc-amplia-acoes-para-garantir-protecao-de-pessoas-com-deficiencia-diante-da-crise-climatica. Acesso em: 6 abr. 2026.

BULLARD, R. D. **Dumping in dixie**: race, class, and environmental quality. boulder: Westview Press, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html. Acesso em: 7 abr. 2026.

KAFKA, F. **O processo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PERUZZO, C. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, M; KUNSCH, W. (Orgs.). **Relações públicas comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **A Pesquisa CIPTEA chega a mais de 30 mil pessoas com autismo no RS.** Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, [s.d.]. Disponível em: https://social.rs.gov.br/pesquisa-ciptea-chega-em-mais-de-30-mil-pessoas-com-autismo-no-rs. Acesso em: 6 abr. 2026.

RUDNICKI, Carlise Porto Schneider; GRIPP, Phillipp Dias. Recusas à diversidade na comunicação organizacional: dispositivos da loucura e sexualidade na alfabetização midiática. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 22, n. 49, p. 177–187, 2025. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2025.240204. Disponível em: https://revistas.usp.br/organicom/article/view/240204. Acesso em: 7 abr. 2026.

2. << Governança, risco e emergências climáticas: além do acesso, o desafio de incluir todas as pessoas pessoas >>

Apresentadora: Daniela Garcez Wives (UFRGS)

<<A presente discussão tem como objetivo analisar a noção de risco climático, enfatizando a governança como um processo de cooperação horizontal entre agentes públicos e privados, orientado ao desenvolvimento territorial. Nesse contexto, torna-se fundamental incorporar a perspectiva das pessoas autistas, cujas experiências evidenciam dimensões frequentemente negligenciadas na gestão de riscos, como questões sensoriais, comunicacionais e de previsibilidade. Eventos climáticos extremos e situações de emergência tendem a intensificar sobrecargas sensoriais, desorganização de rotinas e barreiras no acesso à informação, ampliando a vulnerabilidade desse grupo. Assim, compreender o risco climático

a partir de uma abordagem inclusiva implica reconhecer que sua distribuição não é homogênea e que a governança deve considerar as especificidades da neurodivergência, garantindo acessibilidade, antecipação e suporte adequado nos territórios. As emergências climáticas têm se intensificado nas últimas décadas, configurando-se não apenas como fenômenos ambientais, mas como processos sociais complexos que evidenciam vulnerabilidades estruturais e desigualdades na capacidade de resposta institucional. No contexto das mudanças climáticas, tais riscos tornam-se ainda mais evidentes. De acordo com o IPCC (2023), eventos extremos, como enchentes, secas e deslocamentos forçados, têm aumentado em frequência e intensidade, afetando de maneira desproporcional populações vulnerabilizadas. Essa assimetria é central para o conceito de justiça ambiental, conforme discutido por Robert Bullard (2000), ao evidenciar que os impactos ambientais recaem de forma desigual sobre grupos historicamente marginalizados. Entre esses grupos, destacam-se as pessoas com deficiência, cujas necessidades específicas frequentemente não são contempladas nos processos institucionais de prevenção, resposta e recuperação de desastres. Segundo United Nations Office for Disaster Risk Reduction (2015), a inclusão de pessoas com deficiência é um elemento essencial para a construção de sistemas de gestão de riscos mais eficazes e equitativos. No entanto, na prática, observa-se que políticas públicas e protocolos de emergência tendem a adotar abordagens padronizadas, desconsiderando a diversidade funcional e as múltiplas formas de interação com o ambiente.

No caso específico das pessoas autistas, essa lacuna torna-se ainda mais crítica. Estudos como os de Damian Milton (2012) indicam que a comunicação e a compreensão social entre pessoas autistas e não autistas são atravessadas por diferenças estruturais, o que pode ser agravado em contextos de crise. Situações de emergência, marcadas por sobrecarga sensorial, ruptura de rotinas e fluxos informacionais caóticos, tendem a intensificar barreiras já existentes, dificultando o acesso à informação, à proteção e aos serviços institucionais. Nesse cenário, torna-se fundamental problematizar o papel do Estado na construção de respostas institucionais que não apenas reconheçam, mas incorporem a diversidade neurológica e funcional como dimensão central da governança de riscos. Isso implica repensar não apenas infraestruturas físicas, mas também os sistemas de comunicação, os protocolos de atendimento e os mecanismos de acesso à justiça em contextos de emergência climática. Assim, este trabalho parte do pressuposto de que as emergências climáticas não são apenas eventos naturais extremos, mas momentos de intensificação de desigualdades, nos quais se evidenciam as limitações institucionais na garantia de direitos. A partir desse

entendimento, propõe-se analisar como os processos de governança e acesso à justiça podem ser reconfigurados para incluir, de forma efetiva, pessoas com deficiência, com ênfase nas especificidades das pessoas autistas, considerando as dimensões de comunicação, informação e resposta estatal. No contexto das mudanças climáticas, tais riscos tornam-se ainda mais evidentes. De acordo com o IPCC (2023), eventos extremos, como enchentes, secas e deslocamentos forçados, têm aumentado em frequência e intensidade, afetando de maneira desproporcional populações vulnerabilizadas. Essa assimetria é central para o conceito de justiça ambiental, conforme discutido por Robert Bullard (2000), ao evidenciar que os impactos ambientais recaem de forma desigual sobre grupos historicamente marginalizados.

Aparato teórico

A discussão sobre normatização, controle e produção de subjetividades pode ser aprofundada à luz da noção de sociedade de risco desenvolvida por Beck (2011). Para o autor, a modernidade passa a ser marcada não apenas pela produção de riquezas, mas também pela produção sistemática de riscos, muitos deles invisíveis, complexos e distribuídos de forma desigual. Esses riscos não são apenas naturais, mas socialmente produzidos e mediados por instituições, saberes técnicos e estruturas de poder. Nesse sentido, a gestão do risco torna-se também um dispositivo de governança, no qual determinados grupos são mais expostos e menos protegidos. Ainda no campo da teoria do risco, Ulrich Beck (2011) argumenta que as sociedades contemporâneas são marcadas pela produção sistemática de riscos que extrapolam fronteiras territoriais e institucionais, exigindo novas formas de governança. Nessa mesma direção, Anthony Giddens (1991) destaca que os riscos modernos estão profundamente relacionados às dinâmicas da modernidade, demandando capacidades reflexivas do Estado e das instituições. Nessa perspectiva, a reflexividade institucional apontada por Giddens (1991) não pode ser dissociada das dinâmicas territoriais de poder, uma vez que a forma como os riscos são reconhecidos, comunicados e geridos está diretamente relacionada a quem ocupa posições de centralidade ou marginalidade nos territórios.

Em diálogo com essa perspectiva, Santos (2002) compreende o território não como um dado meramente físico, mas como uma construção social atravessada por relações de poder que determinam quem se torna visível, quem é efetivamente atendido e quem permanece em condição de marginalização sistemática. A cidadania plena, tal como concebida por Acselrad, constitui-se como horizonte ético-político da justiça ambiental no

Brasil. Trata-se de um projeto de sociedade onde o acesso aos recursos naturais e urbanos (água potável, saneamento básico, ar limpo, terra e espaços públicos) não seja condicionado pela cor da pele, pela classe social, ou pela localização territorial dos indivíduos. Ao contrário da cidadania formal, que se contenta com direitos escritos na Constituição, mas negados na prática, a cidadania plena exige a efetivação universal desses direitos, rompendo com os padrões históricos de exclusão que relegam as populações pobres e negras às periferias degradadas e à invisibilidade política. Como temos observado com a população neurodivergente, a qual têm negados e invisibilizados, tanto seus direitos formais, em muitos casos, como seus direitos substantivos.

Para Acselrad (2004), a cidadania substantiva só se conquista através da luta social e da constituição de sujeitos coletivos capazes de disputar o sentido do desenvolvimento e o controle sobre o território. A democratização do acesso aos recursos ambientais implica, portanto, transformar populações historicamente tratadas como "objetos" de políticas públicas em protagonistas das decisões que afetam suas vidas. Nesse sentido, a justiça ambiental não se limita à distribuição equitativa de benefícios e malefícios ecológicos, mas engendra uma nova forma de cidadania: aquela onde a dignidade humana e a autonomia coletiva são direitos efetivamente garantidos a todos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica.

Conclusões

A mobilização social, quando não orientada por uma compreensão ampliada das vulnerabilidades, pode reforçar desigualdades ao invés de mitigá-las. Assim, incorporar a dimensão comunicacional à governança das emergências climáticas torna-se fundamental. Isso implica não apenas melhorar o acesso à informação, mas também disputar os enquadramentos que orientam a percepção pública sobre quem deve ser priorizado em contextos de crise. Como considerações finais, o debate evidencia que a governança em contextos de emergência climática precisa avançar para modelos mais inclusivos, participativos e territorializados. A incorporação de pessoas autistas não deve ser compreendida como adaptação pontual, mas como elemento estruturante das políticas públicas. A experiência do Rio Grande do Sul demonstra que a resiliência territorial depende não apenas da infraestrutura ou da capacidade técnica, mas da habilidade de reconhecer e responder à diversidade das populações. Por fim, reforça-se que a integração de dados, a

capacitação institucional e a participação social são dimensões centrais para a construção de respostas mais eficazes e justas frente às mudanças climáticas.

Diante desse quadro, a articulação entre sociedade de risco, território e justiça ambiental permite compreender que a produção e a distribuição dos riscos não são neutras, mas atravessadas por relações históricas de poder que definem quem será protegido e quem permanecerá exposto. A invisibilidade das pessoas com deficiência evidencia que os mecanismos de governança do risco ainda operam sob lógicas excludentes, nas quais determinados corpos e experiências não são considerados na formulação de políticas públicas e estratégias de resposta a desastres. Assim, mais do que um problema de representação, trata-se de uma falha estrutural na produção de conhecimento, na comunicação institucional e na própria concepção de desenvolvimento, que ainda não incorpora plenamente a diversidade humana.

Nesse sentido, avançar em direção à cidadania plena implica não apenas reconhecer essas desigualdades, mas transformá-las a partir de práticas efetivamente inclusivas e participativas. Isso exige reconfigurar a governança territorial e os dispositivos de gestão do risco, incorporando as demandas e os saberes das populações historicamente marginalizadas como parte central, e não periférica, dos processos decisórios. A justiça ambiental, portanto, se concretiza quando a inclusão deixa de ser um princípio abstrato e passa a orientar, de forma transversal, a produção de políticas, tecnologias e formas de comunicação, garantindo que grupos vulnerabilizados não apenas sejam visibilizados, mas atuem como protagonistas na construção de territórios mais justos, resilientes e democráticos.>>

Referências

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

BECK, U. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NATIONAL OCEANOGRAPHY CENTRE (NOC). **NOC contributes to latest IPCC report assessing impacts of climate change**. 3 Mar. 2022. Disponível em: https://noc.ac.uk/news/noc-contributes-latest-ipcc-report-assessing-impacts-climate-change. Acesso em: 6 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Caderno com dados sobre pessoas com deficiência e autismo**. Disponível em:https://www.estado.rs.gov.br/governo-publica-caderno-com-dados-do-censo-sobre-pessoas-com-deficiencia-e-pessoas-no-espectro-autista-no-estado.Acesso em: 6 abr. 2026.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo, EDUSP, 2002.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). **Sendai framework for disaster risk reduction 2015–2030**. Geneva: UNDRR, 2015. Disponível em: https://www.undrr.org/publication/sendai-framework-disaster-risk-reduction-2015-2030. Acesso em: 6 abr. 2026.

3. <<Contribuição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) num cenário de incertezas climáticas: governança e cooperação>>

Apresentadora: Adriana C. Gregolin, FAO.

<<A proposta tem como objetivo apresentar as contribuições da FAO na América Latina, enquanto agência de cooperação internacional, impulsando iniciativas técnicas e de governança participativa, agregando esforços para enfrentar os desafios relacionados às mudanças climáticas nos territórios rurais. Parte-se do entendimento de que os desafios contemporâneos relacionados ao clima exigem respostas articuladas, multiescalares e interinstitucionais, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioambientais. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura insere-se no contexto internacional como uma das principais agências multilaterais voltadas à promoção da segurança alimentar, da erradicação da fome e do desenvolvimento sustentável. Criada no âmbito do sistema das Nações Unidas, sua atuação ganhou ainda mais relevância diante da intensificação das mudanças climáticas, das desigualdades no acesso a alimentos e das transformações nos sistemas agroalimentares globais. Na América Latina, região marcada por contrastes entre alta produtividade agrícola e persistência de insegurança alimentar, a FAO desempenha papel estratégico ao apoiar governos na formulação de políticas públicas, no fortalecimento institucional e na implementação de iniciativas de cooperação técnica. Nesse cenário, sua atuação articula dimensões produtivas, sociais e ambientais, buscando promover sistemas mais resilientes, inclusivos e sustentáveis, especialmente nos territórios rurais mais vulneráveis.Nesse cenário, a atuação da FAO destaca-se por promover estratégias que integram produção sustentável, segurança alimentar e fortalecimento das capacidades locais, contribuindo para a construção de territórios mais resilientes.

Aparato teórico

No que tange ao aparato teórico, a FAO é a agência das Nações Unidas presente em mais de 130 países liderando o esforço internacional para acabar com a fome, e fazer uma agricultura mais sustentável e resiliente (FAO, 2024). Tem como objetivo alcançar a segurança alimentar para todos, garantindo o acesso regular a alimentos suficientes e de boa qualidade para uma vida ativa e saudável. A FAO tem apoiado os países membros para a implementação da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o entendimento que as iniciativas nacionais e interinstitucionais são a base para concretizar avanços em temas de agricultura, segurança alimentar, meio ambiente e qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, tem trabalhado ininterruptamente na perspectiva de quatro grandes melhoras: melhor produção, melhor nutrição, melhor meio ambiente e melhor vida (FAO, 2024). Os sistemas agroalimentares, que abarcam todos os aspectos da produção, da distribuição e do consumo de alimentos, estão diretamente relacionados às mudanças climáticas, sofrendo os impactos e ao mesmo tempo causando impactos. Estes são responsáveis por aproximadamente 30 % das emissões equivalentes de dióxido de carbono, pelo consumo de 72% da água doce e por outro lado recebem somente 20 % do financiamento para o desenvolvimento relacionado ao clima (FAO, 2024). Conforme registrado pela CEPAL (2023), os efeitos das mudanças climáticas podem gerar impactos severos, intensificando eventos climáticos extremos e variáveis, além da elevação do nível do mar. Tais efeitos tendem a comprometer e até reverter avanços recentes em desenvolvimento. Uma das estratégias que governos e organizações multissetoriais lançam mão nesta rota são os projetos e iniciativas de cooperação técnica internacional (CTI) no rural. Nos projetos de CTI o foco está em "propiciar o acesso, a absorção e a aplicação de conhecimentos que permitam aos agentes locais de desenvolvimento fortalecer as suas capacidades" sendo um processo que envolve aprendizagem nas dimensões individual, organizacional e interinstitucional (BRASIL, 2013, p.14). Alinhado a esta perspectiva o Projeto de Cooperação Sul-Sul +Algodão implementado pela FAO e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE), em parceria com os governos de seis países da América Latina, tem contribuído desde 2013, para ampliar a resiliência dos territórios rurais no

enfrentamento das consequências das mudanças climáticas. Um dos casos de sucesso é a experiência de CSS +Algodão implementada em Paraguai, que articula diferentes stakeholders, conhecimentos e inovações técnicas e de governança participativa, que permitiram estabelecer processos de desenvolvimento enfocados na sustentabilidade nutricional, econômica e ambiental dos territórios algodoeiros (FAO, 2022). Para la FAO, "la gobernanza y las instituciones influyen en todos los factores y los canales que vinculan los diversos elementos de los sistemas agroalimentarios con los demás sistemas" (2021, p.10). Implementado entre os anos de 2013 e 2022, o projeto este projeto +Algodão Paraguai contou com a colaboração de nove instituições brasileiras de pesquisa, ensino e extensão rural, setor público e privado, e com respectivas contrapartes institucionais do país. Os resultados gerados foram diversos em termos produtivos, organizativos, tecnológicos e ambientais. Contemplaram os diferentes elos da cadeia produtiva do algodão numa perspectiva de sistema agroalimentar, onde o algodão era produzido em diferentes sistemas: monocultivo, diversificado, convencional e agroecológico (FAO, 2018).

Metodologia

Em relação aos procedimentos metodológicos, a elaboração desta proposta utilizou informações registradas no projeto +Algodão a nível regional e de Paraguai, dados de relatórios institucionais e de profissionais participantes de missões em campo e análise de documentos de FAO (MARTÍNEZ-GARCÍA et al., 2014). Foram utilizadas fontes de dados secundários, com relação direta e indireta com o tema abordado, considerados importantes para a análise proposta, contemplando três fases: pré-análise, descrição analítica e interpretação referencial (AUGUSTO et al, 2014). A implementação do projeto +Algodão Paraguai utilizou como base metodológica operacional a modalidade trilateral de cooperação Sul-Sul, cuja perspectiva está na gestão horizontal de todas as fases do ciclo de implementação do projeto, e foi considerada inovadora tanto para a FAO, quanto para os países cooperantes (ABC/MRE, 2017).

Conclusões

Constatou-se a importância da governança participativa, enquanto elemento que contribui para criar resiliência e diminuir os riscos em um contexto de mudanças climáticas.

A governança, enquanto processo de cooperação horizontal entre agentes públicos e privados em prol do desenvolvimento endógeno e sustentável, pode garantir que territórios respondam rapidamente a crises, protegendo-se e assegurando os meios de subsistência de suas populações. O envolvimento e colaboração multissetorial, interinstitucional, com diversidade de saberes e esforços para a inclusão social permitiram construir inovações sociais, técnicas, tecnológicas e de gestão das ações no projeto +Algodão Paraguai. Um exemplo prático é a plataforma e aplicativo LAZOS, uma ferramenta digital desenvolvida a partir da parceria do projeto com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Esta ferramenta conta com mais de 800 usuários participando em 30 comunidades de conhecimento e já comprovou seu potencial de uso em outros países como Equador e Brasil. Esta ferramenta foi construída por uma equipe de professores e técnicos da UFSM a partir de oficinas com jovens de escolas agrícolas do Paraguai participantes do Projeto +Algodão. Foi constatado um valor agregado da modalidade trilateral de CSS para o setor algodoeiro que se reflete nas boas práticas agrícolas que tem relação com temas climáticos: a) articulação interinstitucional para além do setor algodoeiro; 2) desenvolvimento de capacidades abrangentes; e 3) benefícios mútuos nos planos técnico, institucional, de participação pública e de políticas públicas, incluindo todos os elos relacionados com a cadeia de valor do algodão (FAO-ABC, 2021). A sustentabilidade dos sistemas de produção, que impactam diretamente na resiliência das famílias agricultoras esteve refletida nas 18 boas práticas agrícolas implementadas nas áreas algodoeiras e uso de pequenas máquinas agrícolas para otimizar os processos de preparação do solo, plantio e colheita do algodão, buscando através de demonstrações técnicas, os melhores resultados para ser adotados pela agricultura familiar algodoeira (SCHNEIDER, 2016; FAO, 2022). A avaliação de meio termo realizada em 2018, registrou que o projeto +Algodão contribuiu para a mitigar o impacto das mudanças climáticas nos territórios, através de medidas que promoveram o alcance do ODS 1: Erradicação da pobreza, ODS 2: Fome zero e ODS 12: Consumo e produção responsáveis. De forma particular em ações de: produção agroecológica, resiliência da agricultura familiar e dos seus sistemas de produção, com mecanismos de adaptação às alterações climáticas (ANDRADE e ANJARI, 2018). O Objetivo 13 dos ODS “Adoptar medidas urgentes para combatir el cambio climático y sus efectos” é um dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável que debe ser trabalhado articuladamente com os demais, buscando construir sinergias que contribuam para criar a sustentabilidade dos sistemas produtivos.>>

Referências

BC-MRE. **30 anos da ABC: visões da cooperação técnica internacional brasileira**. Organização de João Almino e Sérgio Eduardo Moreira Lima. Brasília: FUNAG, 2017.

ANDRADE, M.; ANJARI, J. **Evaluación de medio término proyecto GCP/RLA/199/BRA "Fortalecimiento del sector algodonero por medio de la cooperación Sur-Sur"**. Santiago, Chile, 2018.

AUGUSTO, C. A. SOUZA, de, J. P. DELLAGNELO, L, E. H.. CARIO, F, S. H.Pesquisa qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da SOBER (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Piracicaba, v. 51, n. 4, p. 745-764, out./dez. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Manual de gestão da cooperação técnica Sul-Sul**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2013.

CEPAL. **ODS 13: acción por el clima**. 2023. Disponível em: https://agenda2030lac.org/es/ods/13-accion-por-el-clima. Acesso em: 7 abr. 2026.

FAO-ABC/MRE. **Valor agregado de la metodología de cooperación Sur-Sur trilateral: informe de resultados da consulta institucional**. Santiago, Chile, 2021.

FAO. **Marco estratégico para la FAO 2022-2031**. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2021. Disponível em: https://www.fao.org/pwb/es. Acesso em: 7 abr. 2026.

FAO. **Informe final proyecto +Algodão Paraguai**. Santiago, Chile, 2022.

FAO. **Soluciones agroalimentarias frente al cambio climático: la labor de la FAO dirigida a combatir la crisis climática**. Roma, 2024. DOI: https://doi.org/10.4060/cc8055es.

MARTÍNEZ-GARCÍA, C.; UGORETZ, S.; ARRIAGADA-JORDÁN, C.; WATTIAUX, M. Farm, household, and farmer characteristics associated with changes in management practices and technology adoption among dairy smallholders. **Tropical Animal Health and Production,** v. 46, n. 8, dez. 2014.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar na cadeia produtiva do algodão na América Latina:** elementos conceituais e metodológicos para as políticas públicas. Santiago, Chile: FAO-RLC, 2016.

4. <<Governança e multidimensionalidade dos riscos climáticos: comunicação organizacional e de proximidade em geoparques mundiais da Unesco >>

Apresentadora: Gabriela Schneider (UFSM, Campus Sede)

<<Os geoparques representam territórios delimitados pela Unesco que possuem significância geológica excepcional. No Estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil, três geoparques desempenham um papel crucial tanto na conservação ambiental quanto no fomento ao turismo e à educação ambiental, contribuindo para a economia local e para a preservação geopatrimonial. As mudanças climáticas têm imposto desafios crescentes à sustentabilidade dessas áreas, especialmente após o desastre climático que atingiu o Estado em 2024. O desafio das mudanças climáticas representa, no entanto, apenas uma das ameaças que as comunidades devem enfrentar na busca pelo desenvolvimento e pelo bem-estar

prometidos. A instauração de geoparques altera a lógica organizacional e de relacionamento de instâncias municipais com a população local. Buscando dar conta de múltiplos atravessamentos, o referencial teórico contempla um conjunto de abordagens pertinentes ao reconhecimento de agenciamentos sociossimbólicos vinculados à resiliência e à adaptação social determinados por catástrofes naturais. Considerando a ética da reflexividade e do posicionamento situado (HARAWAY, 1995), questionamos epistemologias hegemônicas que separam conhecimento, subjetividades, afeto e poder por meio da adoção da abordagem da Comunicação de Proximidade (GALVÃO; SAMPAIO; SERRA, 2023).

O problema de pesquisa, considerando as projeções de impactos das mudanças climáticas no extremo sul do Brasil para as próximas décadas, está definido pela necessidade de construção de um modelo de governança para a resiliência climática a partir do aprofundamento dos parâmetros multidisciplinares de interação sociotécnica nos territórios. O objetivo geral do projeto consiste em propor, a partir da experiência da resposta a eventos extremos, um modelo de governança para os territórios de Geoparques Mundiais da Unesco que permitam uma resposta mais eficaz aos desastres climáticos e o incremento da capacidade de resiliência frente às mudanças climáticas em curso. Seus objetivos específicos consideram a investigar aspectos quanto aos Geoparques Mundiais da Unesco no RS e focam em: Investigar procedimentos teórico-metodológicos para promoção da governança face aos riscos climáticos; Estudar a estrutura comunicacional midiática plataformizada e não-plataformizada das midiosferas institucional, alternativa e disruptiva; Coletar, sistematizar e digitalizar documentos, imagens e áudios de desastres ambientais; Caracterizar e avaliar o impacto dos desastres climáticos de 2024 nas comunidades e atividades agrícolas dos territórios; Promover a expertise através da produção de narrativas audiovisuais socioeducativas; e, Implementar um plano de divulgação científica.

Metodologia

A proposta é de caráter multidisciplinar e está organizada em três eixos, em conformidade à composição da equipe. Destacamos na presente comunicação o Eixo I - Comunicação de proximidade aplicada à governança de Geoparques Mundiais da Unesco no Rio Grande do Sul face aos riscos climáticos. Ela foi financiada pelo edital 06/2024 da Fapergs, reservado aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento voltados aos desastres climáticos.

Várias estratégias metodológicas estão sendo seguidas pelo conjunto da equipe, formada pelas orientadoras Ada Cristina Machado Silveira e Laura Strelow Storch, pelas pós-doutorandas Camila Rodrigues Pereira, Dafne R. Pedroso da Silva e Gabriela Schneider, além de doutoranda e mestrandos do PPG Comunicação da UFSM. O projeto vale-se ainda de iniciativas parceiras, como o projeto Territórios conectados pela Sororidade, de Carlise P. S. Rudnicki, financiado pela Fapergs, e o projeto de extensão da pós-graduação Comunicação de proximidade, coordenado por Aline Roes Dalmolin, financiado pela CAPES. A Comunicação para o Desenvolvimento abriga os estudos de Comunicação e Inovação (CAIAFA, 2023; SILVEIRA; FANFA; SCHWARTZ, 2024) e incorporou a dimensão da Comunicação de proximidade (GALVÃO; SAMPAIO; SERRA, 2023). Deste enfoque, destacam-se os resultados obtidos com a cartografia da malha de comunicação de proximidade dos três geoparques gaúchos (KASTRUP, 2015; PRADO FILHO; TETI, 2013; ROSÁRIO; CORUJA; SEGABINAZZI, 2021), através da qual é possível sugerir ações de mobilização em situação de desastres climáticos.

Diversos instrumentos de coleta de dados primários estão sendo aplicados junto a agricultores moradores dos territórios dos três geoparques com apoio da EMATER-RS. Igualmente, vários questionários estão em aplicação junto aos gestores de geoparques e das instâncias municipais. Grupos de discussão foram desenvolvidos com lideranças locais dos municípios. Tal conjunto de dados estão sendo analisados para a produção dos Policy Papers previstos para dar conta da proposição de um modelo de governança aplicável aos Geoparques Mundiais da Unesco no RS.

Abordagem teórica

O referencial teórico do projeto reúne abordagens voltadas ao reconhecimento de agenciamentos sociossimbólicos relacionados à resiliência e à adaptação social em contextos de catástrofes naturais. Nesse âmbito, a Comunicação para o Desenvolvimento constitui o eixo estruturante, abrigando contribuições dos estudos de Comunicação e Inovação (CAIAFA, 2023; SILVEIRA; FANFA; SCHWARTZ, 2024) e incorporando a dimensão da Comunicação de proximidade (GALVÃO; SAMPAIO; SERRA, 2023). A inovação teórica do projeto consiste no desenvolvimento de governança concebido com base na comunicação de proximidade territorial. Ele contempla a abordagem da Semiótica Material e a proposta de enquadramento dos quatro A's (LEWIS; WESTLUND, 2015; 2016). Eles se referem às

dimensões do reconhecimento de Audiências, da identificação de Actantes, ao levantamento de Atividades e a atribuição de funções aos Atores. Os quatro A's estão agora, em nossa proposição de um modelo de governança desenvolvido para os geoparques mundiais da Unesco, de um quinto A, aquele referente à articulação dos anteriores com o Ambiente e os riscos que contempla. O modelo de governança proposto espera dar respostas aos atores envolvidos, especialmente na perspectiva de organizações como Prefeituras Municipais, Corpos de Bombeiros, agremiações civis e religiosas e, especialmente, para a Defesa Civil (DESTRO; PEREIRA, 2024).

Os resultados que estão sendo produzidos consistem em: 1. Melhoria na resposta a eventos extremos, com maior proteção e redução de danos à população e ao patrimônio geológico dos territórios dos Geoparques Mundiais da Unesco no RS; *2. Policy Papers* sobre mudanças climáticas para apreciação dos poderes Executivo e Legislativo em proteção às comunidades de Geoparques Mundiais da Unesco no RS; 3. Protocolos de Diretrizes Básicas para ação preventiva junto às comunidades dos Geoparques Mundiais da Unesco no RS; 4. Mapas, perfis, modelos digitais e relatórios das mudanças climáticas nos Geoparques Mundiais da Unesco no RS; 5. Reconhecimento cartográfico da malha de comunicação de proximidade nos Geoparques Mundiais da Unesco no RS; 6. Monitoramento de conteúdo noticioso local dedicado à resiliência e adaptação social a riscos climáticos nos Geoparques Mundiais da Unesco no RS; 7. Memorial Digital das Águas e Resiliência Climática; 8. Subsídios para o entendimento das relações Estado-Sociedade-Ambiente aplicados aos Geoparques Mundiais da Unesco no RS; 9. Geração de oportunidades para exposição por especialistas congregados na multidimensionalidade das mudanças climáticas; 10. Alinhamento de ações locais com metas internacionais; 11. Métricas de interação social decorrentes da presença em mídias sociais (cards, posts, cortes de minidocs e de podcasts).

Conclusões

Consideramos que se faz premente dar respostas ao impacto do desastre climático de 2024 naqueles aspectos que afetaram os municípios componentes dos geoparques de maneira significativa. As chuvas torrenciais causaram deslizamentos de terra, erosão e destruição de trilhas e de infraestruturas turísticas e agrícolas, enquanto as secas prolongadas afetaram os ecossistemas locais e o abastecimento de água. As comunidades enfrentaram o isolamento social, privação de água e de comida, falta de eletricidade e estiveram expostas a práticas de

desinformação. Em que pese a realidade catastrófica e inédita, há previsões de sua repetição sistemática. O projeto estuda como a governança aliada ao conhecimento da multidimensionalidade dos riscos climáticos pode promover, através da comunicação de proximidade, condições de sustentabilidade das comunidades dos geoparques mundiais da Unesco propondo um modelo de governança que reconhece e articula as dimensões contempladas nas ações de Atores, Actantes, Audiências, Atividades e Ambiente.>>

Referências

CAIAFA, J. Difusão de inovações nos circuitos comunicativos do metrô de São Paulo: a experiência da linha 4 e ressonâncias na rede. **Novos Olhares**, v.12, n.1, p. 32–45, 2023. https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2023.200289.

DESTRO, P. J.; PEREIRA, R. da S. Estratégias públicas da defesa civil para a comunicação de risco e prevenção de deslizamentos: um estudo comparativo em quatro estados brasileiros. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, v.10, n.6, p.e1179, 2024. https://doi.org/10.55905/ijsmtv10n6-001

GALVÃO, P. C.; SAMPAIO, A. de O.; SERRA, P. Narrar-se e "pôr em comum": história de vida e comunicação de proximidade. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.46, p.202-234, 2023. https://doi.org/10.1590/1809-58442023134pt

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **cadernos pagu,** 5:07-41, 1995. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1524482904_ARQUIVO_DonnaHarawaysaberessituados.pdf. Acesso em 01 abril 2026.

LEWIS, S. C.; WESTLUND, O. Actors, Actants, Audiences, and Activities in Cross-Media News Work, **Digital Journalism**, v.3, n.1, p.19-37, 2015. https://doi.org/10.1080/21670811.2014.927986.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOCIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa, intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói,** v.3, n.8, p.45-49, 2013.

ROSARIO, N. M.; CORUJA, P.; SEGABINAZZI, T. Um panorama da cartografia no Brasil: uma investigação a partir das teses e dissertações da Comunicação entre 2010 e 2017. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.44, p. 69-88, 2021.

SILVEIRA, A. C.M.; FANFA, M. S.; SCHWARTZ, C. ICTs in Brazilian family farming: facing isolation and digital exclusion. **International Journal of Development Research,** *v.14, p.*65491-65496, 2024.>>

5.<<Emergências climáticas e seus efeitos sobre a pesca artesanal em Torres/RS: uma análise a partir da observação participante>>
Apresentador: Antônio Barth - UFRGS

<<As emergências climáticas têm afetado sistemas socioecológicos costeiros em escala global, impactando diretamente comunidades que dependem de recursos naturais, como pescadores artesanais. Esses eventos extremos alteram os regimes de vento, temperatura, precipitação, frequência de tempestades e dinâmica costeira, com efeitos que variam conforme o contexto regional e as capacidades locais de adaptação (IPCC, 2021).

Comunidades pesqueiras artesanais são particularmente vulneráveis, tanto pela dependência direta dos recursos naturais quanto por limitações tecnológicas, econômicas e institucionais (WALTER e ANELLO, 2012). Esta análise busca compreender como pescadores artesanais percebem e vivenciam esses processos, articulando literatura científica com dados obtidos através de observação participante.

Aparato teórico

Mais do que transformações biofísicas, as emergências climáticas expressam uma crescente capacidade de intervenção humana sobre o ambiente, evidenciada pelo aquecimento global, elevação do nível do mar, perda acelerada de biodiversidade e até pelo surgimento de novas epidemias (Torres et al., 2020). Entretanto, seus efeitos variam conforme o espaço geográfico e, principalmente, conforme as capacidades desiguais de adaptação e mitigação das diferentes populações (IPCC, 2021).

A vulnerabilidade, mais do que uma simples consequência do risco, é um conceito relacional, que depende da forma como diferentes grupos sociais se inserem e se relacionam com o ambiente em seus territórios (ACSELRAD, 2006). Determinados grupos tornam-se mais vulneráveis não apenas por estarem expostos aos eventos climáticos, mas por dependerem diretamente das riquezas naturais, por apresentarem condições socioeconômicas mais precárias e por possuírem menor capacidade de influenciar decisões políticas que afetam seus modos de vida (WALTER e ANELLO, 2012).

Diferentemente da pesca industrial, que possui maior capacidade de adaptação logística e tecnológica, os pescadores artesanais tendem a operar em escalas reduzidas, com menor margem de manobra frente às mudanças no ambiente. Assim, alterações nas rotas

migratórias de espécies ou nas condições do mar podem exigir deslocamentos maiores, mudanças nos petrechos ou até inviabilizar a atividade em determinados períodos (SILVA, 2014). Conforme o IPCC (2021), as projeções climáticas para as próximas décadas colocam desafios que extrapolam a capacidade adaptativa de muitas comunidades, exigindo respostas articuladas em diferentes níveis. A adaptação, nesse caso, não pode ser entendida apenas como um processo local, mas como algo que depende de políticas públicas, arranjos institucionais e mecanismos de proteção social capazes de reduzir vulnerabilidades estruturais.

Metodologia

O estudo foi realizado em Torres/RS, no litoral norte do Rio Grande do Sul. Torres destaca-se por sua elevada atratividade cênica e características físicas singulares, marcadas pela ocorrência de afloramentos rochosos que formam falésias e embaiamentos. Além disso, a cidade abriga Unidades de Conservação (UC) e áreas protegidas em seu território político-administrativo, a exemplo do Parque Estadual de Itapeva e do Parque da Guarita, este último classificado como um geossítio de relevância. O município de Torres também integra o Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul.

O trabalho de campo ocorreu entre agosto de 2023 e abril de 2026, incluindo saídas embarcadas em três embarcações de pesca artesanal e convivência cotidiana com pescadores em trapiches e galpões. Adotou-se uma abordagem qualitativa, com base na observação participante. Ao todo, foram acompanhados três mestres de embarcação e cerca de dez tripulantes. Essa inserção no campo conferiu à observação participante uma condição privilegiada para interpretar os hábitos, as atitudes e as relações que tecem a vida diária da comunidade pesqueira de Torres/RS, superando amplamente as limitações de um observador distante (RICHARDSON et al., 2012). As informações foram registradas em diário de campo e complementadas por registros fotográficos.

Resultados

Os principais efeitos observados referem-se à redução dos dias favoráveis à pesca. Segundo os pescadores, o mar apresenta maior instabilidade, com ventos intensos e ondulações elevadas, dificultando a travessia da barra do Rio Mampituba, considerada localmente uma área de alto risco. Mesmo com o uso de previsões meteorológicas, a decisão de saída depende da avaliação empírica no local. Foram recorrentes situações em que viagens

foram canceladas ou atrasadas devido às condições observadas na barra. Em outros casos, mudanças rápidas no tempo ampliam o risco de acidentes e dificultam a navegação, exigindo longos períodos de espera para entrada segura.

Os pescadores também relatam a redução dos períodos de mar calmo, "quadras", tanto em frequência quanto em duração. Estima-se, que atualmente conseguem pescar efetivamente cerca de 100 dias por ano. Essa redução impacta diretamente a produção dos pescadores, que muitas vezes precisam exercer outras atividades para complementar a renda. Foram registrados efeitos dos eventos climáticos. Em março de 2025, ocorreu um intenso assoreamento da barra, tornando o canal extremamente raso e impedindo a saída de embarcações. E, em setembro de 2025, chuvas intensas aumentaram a vazão do rio, transportando grande quantidade de material orgânico ("cisco"), que danificou redes e interrompeu a atividade por vários dias.

Conclusões

Os resultados demonstram que as emergências climáticas afetam a pesca artesanal em múltiplas dimensões. A intensificação de eventos extremos, como chuvas intensas, ventos fortes, altas ondulações e alterações da dinâmica sedimentar do canal da barra, reduzem os dias efetivos de pesca, aumentam os riscos, e causam prejuízo econômico ao danificar equipamentos, e exigir investimento de mão-de-obra para limpeza e reparo dos petrechos de pesca. Alterações nos períodos de safras e nas capturas de peixes pressionam ainda mais os modos de vida tradicionais, já tensionados por disputas por território, e a falta de locução e poder político das comunidades pesqueiras.>>

Referências

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro**, v. 25, 2006.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate change 2021: the physical science basis: contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Edited by V. Masson-Delmotte et al. Cambridge: Cambridge University Press, 2021..

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. In **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, L. G. S. **Vulnerabilidade e capacidade adaptativa na pesca artesanal costeira do estado de São Paulo frente às mudanças ambientais locais e globais**. 2014. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

TORRES, . M. et al. Poluição atmosférica em cidades brasileiras: uma breve revisão dos impactos na saúde pública e meio ambiente. **Naturae**, v. 2, n. 1, p. 23-33, 2020.

WALTER, T.; ANELLO, L.F.S. A Educação Ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o licenciamento ambiental de petróleo e gás tendo a pesca artesanal como contexto. **Ambiente & Educação**, vol. 17 (1) 73-98, 2012.